



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade
Sub-Eixo: Ênfase em Gênero

PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM PROJETOS DE EMPODERAMENTO SOCIOECONÔMICO

Maria da Consolação Pitanga de Sousa¹

Karina Carvalho de Oliveira²

Roseli Carla de Araújo³

Sandra Vieira de Oliveira⁴

Resumo: Trata-se de um estudo com uma abordagem qualitativa, descritiva, sobre a participação de mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda em projetos de empoderamento socioeconômico. O estudo foi realizado em três Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, do município de uma capital do Nordeste do Brasil. Os dados foram coletados junto a 13 mulheres em diferentes áreas/regiões da capital. Participaram do estudo 13 mulheres, com faixa etária entre 18 a 39 anos. Todas sem exercer atividade remunerada formal no mercado de trabalho. Quanto ao grau de escolaridade, parte destas ainda estão no ensino fundamental e médio. A maioria possui união estável, e com uma média de 1 a 2 dois filhos. A renda destas é de até um salário mínimo quando associado o PBF com a renda do companheiro e/ou de um membro da família. Os resultados da pesquisa mostraram que devido aos critérios do PBF, as mulheres não têm um trabalho formal, por receio de perder o benefício, o que contribui para o aumento da vulnerabilidade social e econômica destas. Quanto à participação em Programas de empoderamento socioeconômico, identificou-se que uma minoria participou de curso profissionalizante ofertado pelo PRONATEC, mas que devido a falta de articulação do programa com o CRAS, sobretudo com o mercado de trabalho, estas mulheres estão fora deste mercado.

Palavras-chave: Mulheres. Vulnerabilidade Social. Assistência Social. Empoderamento.

Abstract: This is a qualitative, descriptive study about the participation of women beneficiaries of income transfer programs in socio-economic empowerment projects. The study was carried out in three Reference Centers of Social Assistance - CRAS, of the city of a capital of the Northeast of Brazil. Data were collected from 13 CRAS women in different areas / regions of the capital. Thirteen women, aged 18 to 39 years, participated in the study. All without exercising formal gainful activity in the labor market. As for the educational level, some of these are still in primary and secondary education. Most have stable marriage, and with an average of 1 to 2 two children. Their income is up to a minimum wage when associated with the income of the partner and / or a family member. The research results showed that because of the PBF criteria, women do not have a formal job, for fear of losing the benefit, which contributes to their increased social and economic vulnerability. Regarding the participation in socio-economic Empowerment Programs, it was identified that a minority participated in a vocational course offered by PRONATEC, but due to the lack of articulation of the program with CRAS, especially with the labor market, these women are out of this Market.

Keywords: Women. Social vulnerability. Social assistance. Empowerment.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário UNINOVAFAPI, E-mail: mpitanga@uninovafapi.edu.br.

² Estudante de Graduação, Centro Universitário UNINOVAFAPI, E-mail: mpitanga@uninovafapi.edu.br.

³ Estudante de Graduação, Centro Universitário UNINOVAFAPI, E-mail: mpitanga@uninovafapi.edu.br.

⁴ Profissional de Serviço Social, Centro Universitário UNINOVAFAPI, E-mail: mpitanga@uninovafapi.edu.br.

1 Introdução

Os Programas de Transferência de Renda Condicionada, atualmente, estão presentes em vinte países da América Latina e Caribe, onde dão cobertura a mais de 120 milhões de pessoas, o que equivale a 20% da população da região, a um custo que gira em torno de 0,4% do produto interno bruto (PIB) regional. Tais programas disseminaram-se também em outras regiões do mundo, como a Ásia e a África (MORAES, 2015).

O Programa Bolsa Família (PBF) corresponde a um programa de combate à pobreza, criado através da Medida Provisória n.º 132/2003, transformado em Lei n.º 10.836/2004 (BRASIL, 2004), e regulamentado pelo Decreto n.º 5.209/2004. Foi iniciado em outubro de 2003 e constituído através da unificação de quatro programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação (BARBOSA et al. 2014). O PBF integra o Plano Brasil sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 (CARVALHO; ALMEIDA; JAIME, 2014).

Estudo populacional realizado em uma comunidade no Brasil comprova que o PBF aumenta a utilização dos serviços de saúde preventiva, além de incentivar as famílias pobres a usar os serviços de saúde existentes e a interagir com o sistema público de saúde, proporcionando assim uma excelente oportunidade para conectar as famílias com outros serviços que podem beneficiá-las (SHEI et al., 2014).

O Programa Bolsa Família beneficia aproximadamente 14 milhões de famílias em todo o país. O programa é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e vem contribuindo para uma significativa redução da desigualdade social em nosso país. Foi também um dos principais responsáveis pelo cumprimento do primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio, proposto pela Organização das Nações Unidas que era o de reduzir a situação de extrema pobreza pela metade no Brasil (Brasília, 2013)

O PBF tem três focos principais: a transferência de renda para promover o alívio imediato da pobreza; condicionalidades, que buscam garantir o acesso a direitos sociais básicos relacionados à Saúde, à Educação e à Assistência Social; e programas complementares, que buscam o desenvolvimento de potencialidades das famílias e enfrentamento de situações de vulnerabilidade social (MARTINS; MONTEIRO, 2016; KAISER; HAYDU; GALLO, 2015).

No que se refere à educação, é exigido a assiduidade escolar para crianças e adolescentes de até 15 anos. Aos outros membros da família é incentivada a participação em programas voltados para a geração de emprego e renda, como cursos

profissionalizantes, além de melhorias nas condições habitacionais, dentre outros. Cabe aos Ministérios da Saúde e da Educação fazer o acompanhamento dessas exigências (SIMÕES; SOARES, 2012).

O benefício pago a cada família atendida pelo programa varia de acordo com a renda mensal da família por pessoa e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos que a mesma possui, gestantes, nutrizes e jovens de 16 e 17 anos.

Existem muitos estudos no Brasil que avaliam a eficácia do programa Bolsa Família em atingir suas condicionalidades, porém poucas pesquisas que analisem a relação do programa com a fecundidade das beneficiárias.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivos traçar um perfil das mulheres beneficiadas pelos Programas de Transferência de Renda, sobretudo, analisar a participação destas mulheres no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, e/ou em projetos de empoderamento socioeconômicos.

2 Caminho Metodológico

Trata-se de um estudo com uma abordagem qualitativa, descritiva. De acordo com Minayo, a pesquisa qualitativa responde a questionamentos muito peculiares, está relacionada às ciências sociais, a um nível de uma realidade que não se pode quantificar, ou seja, essa metodologia trabalha ligada a um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, aspectos mais profundos das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser analisados de forma restrita à operacionalização de variáveis.(MINAYO,2001)

O estudo foi realizado em três Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, do município de uma capital do Nordeste do Brasil. Os dados foram coletados junto a 13 mulheres de três Centro de Referência de Assistência Social -CRAS, após a aprovação destes órgãos e pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNINOVAFAPI, pelo Parecer nº 1.613.758.

Para a obtenção do material empírico, foram realizadas entrevistas nos CRAS, no mês de Maio, Junho e Julho de 2018. Tais entrevistas foram escritas e orientadas por meio de um roteiro semiestruturado composto de questões para atender aos objetivos da pesquisa.

Para a análise do material empírico, utilizou-se como estratégia metodológica a técnica de análise de conteúdo, cuja finalidade é analisar a partir das falas dos entrevistados, organizá-las em categorias analíticas que atendam aos objetivos da pesquisa, síntese e interpretação dos resultados. Primeiramente, as falas foram transcritas, em seguida realizadas leituras e releituras das mesmas, para tomar contato efetivo com as informações colhidas. Posteriormente, foi processada a organização dos

dados de cada entrevista, destacando os aspectos relevantes e comparando-os com a literatura, além de ter sido feita uma tabela com os dados socioeconômico obtidos.

Vale ressaltar que a inclusão das participantes nesse estudo foi realizada obedecendo ao que preceitua as recomendações ético-legais que regem as pesquisas com seres humanos (Brasil, 2013). Todas as mulheres participantes foram esclarecidas sobre o objetivo e os métodos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 Perfil Socioeconômico das Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família

Participaram do estudo 13 mulheres, com faixa etária entre 18 a 39 anos. Todas sem exercer atividade remunerada, com grau de escolaridade relativamente baixo, onde 5 possuem ensino fundamental incompleto, 3, ensino médio incompleto, 5 concluíram o ensino médio, nenhuma com acesso ao ensino superior. Destas, 5 são casadas, 5 são solteiras e 3 possuem união estável, as treze possuem uma média de 1 a 2 filhos. A maioria vive com a renda familiar de até um salário mínimo, incluindo o benefício. O tempo de benefício variou de 1 a 09 anos, conforme tabela 1.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Teresina-PI, 2018.

Características	Frequências	
	n (12)	%
Faixa etária		
18 – 22	6	46,15%
23 – 26	3	23,07%
27 – 30	1	7,69%
31-39	2	15,38%
Não informaram	1	7,69%
Estado Civil		
Casada	5	38,46%
Solteira	5	38,46%
Viúva	0	0%
União Estável	3	23,07%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	5	38,46%

Ensino Fundamental Completo	0	0%
Ensino Médio Incompleto	3	23,07%
Ensino Médio Completo	5	38,46%
Ensino Superior Incompleto	0	0%
Ensino Superior Completo	0	0%
Analfabeto (a)	0	0%
Renda Familiar		
Até 1 salário mínimo	11	84,61%
De 1 a 2 salários mínimos	2	15,38%
De 2 a 3 salários mínimos	0	0%
Quantidade de filhos		
0	1	7,69%
1	7	53,8%
2	1	7,69%
3	3	23,07%
4	1	7,69%
Valor do Benefício		
Até R\$100,00.	3	23,07%
De R\$101,00 a R\$200,00.	6	46,15%
De R\$201,00 a R\$300,00	1	7,69%
Não informado	3	23,07%
Tempo de Benefício		
1 a 3 anos	6	46,15%
4 a 6 anos	2	15,38%
7 a 9 anos	5	38,46%
Atividade Remunerada		
Sim	0	0%
Não	13	100%

Fonte: Pesquisa Direta, 2018.

Um aspecto que chama atenção neste perfil socioeconômico das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família é o fato das treze participantes da pesquisa não exercerem atividade de trabalho fora de casa e remunerada. Esse fato reforça a questão do desemprego como a maior fonte de vulnerabilidade da população em situação de pobreza. Segundo Lavinias; Cobo; Veiga (2012), a taxa de desocupação para maiores de 16 anos é em média 35%, taxa considerada superior se comparada com a média das principais regiões metropolitanas do país.

Entretanto, ressalta-se que uma ocupação formal das mulheres do PBF, poderá levar a um possível cancelamento do benefício, devido aos critérios para o recebimento deste. Em outras palavras, mulheres em situação de pobreza que conseguem ter uma ocupação formalizada e ainda sim continuarem na pobreza acabam sendo penalizadas. É como se ter emprego formal fosse incompatível com ser pobre, o que não é verdade, uma vez que a pobreza é definida pela renda familiar per capita ser baixa, está abaixo de determinado patamar monetário segundo Lavinias, Cobo, Veiga (2012).

4. Participação das Mulheres beneficiárias do PBF em programas de empoderamento socioeconômico.

A mulher é o elemento central do Programa Bolsa Família, ela é a titular do benefício e é a responsável por administrar essa renda na família. Isso remete a várias discussões em torno da autonomia da mulher possibilitada pelo benefício, não só através da renda como da oportunidade de as beneficiárias participarem de cursos profissionalizantes, técnicos que visem um empoderamento socioeconômico das mesmas.

Os programas brasileiros de transferência condicionada de renda veem as mulheres como foco prioritário, e até objeto, de suas intervenções com vistas ao combate à pobreza. A mulher a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas. O Programa Bolsa Família é um exemplo paradigmático dessa política (CARLOTO; MARIANO, 2009).

O que se percebe através das falas das participantes da pesquisa é que as mulheres, apesar de correrem o risco de perder o benefício do programa Bolsa Família, almejam sim uma maior autonomia através de qualificação profissional para assim aumentarem as chances de conseguirem a inserção no mercado de trabalho. Ao serem questionadas sobre a oportunidade de terem feito algum tipo de curso através do PBF e o que esperam conseguir, além da renda, com o programa, algumas relataram ter feito, outras que não fizeram, mas gostariam de fazer:

Espero conseguir um emprego, participar de mais programas sociais voltados para os jovens. (P01)

Não, nenhum, a gente sempre procurava, mas nunca vinha, disseram que os cursos que vinha era pra outras pessoas, nunca deu, assim... Pra pessoa se encaixar [...]Sim eu espero porque assim não vai ser pra toda vida a gente tem que procurar outro meio de vida. (P03)

Até agora nada, teve pra mamãe, mas pra mim ate agora não [...]Que seja bom, que tenha os cursos também pra eu fazer (P04)

Por enquanto eu ainda não tenho uma renda boa, então só os cursos que espero para depois trabalhar, eu não queria estar recebendo, mas estou precisando

muito, mas aí talvez depois dos cursos dê certo, eu consiga uma atividade remunerada (P05)

Além da renda, muitos benefícios porque os cursos são maravilhosos, é um meio de atualizar a mãe tanto dentro de casa como fora, o que você aprender fora você trás pra dentro de casa, eu acho muito bom o programa bolsa família, não só pelo benefício que também ajuda muito, eu também fui até beneficiada na minha casa, eu ganhei minha própria casa pelo benefício do programa bolsa família eu consegui ganhar minha casa.(P07)

A partir desses relatos percebe-se que as mulheres estão buscando sua autonomia e empoderamento, no momento em que expressam essa vontade de qualificação profissional e de conseguir uma atividade remunerada, mostram que estão tentando se desvincular de serem exclusivas do ambiente familiar privado, querem ir para o público, querem ser vistas como produtivas e colaborarem de forma ativa dentro da sociedade. O empoderamento feminino aparece como um grande desafio, sobretudo das relações patriarcais e o poder dominante (quase sempre masculino), tão presentes em nossa sociedade e dentro da família. (MOREIRA; FERREIRA; LIMA; CKAGNAZAROFF, 2012).

O PBF no momento que oferece às suas beneficiárias oportunidades de fazer cursos profissionalizantes ou técnicos está combatendo a pobreza de maneira a pensar o problema social no âmbito estrutural e não só conjuntural, ressalta que:

Um programa de transferência de renda que visa combater a pobreza precisa combinar uma política de transferência de renda com uma política estruturante que permita que a pessoa tenha condições de sair da pobreza e a ela não retornar mais. Pois políticas voltadas para transferência focalizadas apenas na renda podem ter resultados satisfatórios para um problema conjuntural, porém a pobreza é um problema estrutural, devido a isso requer medidas que reestruturem as bases econômicas e sociais (RIBEIRO, 20013).

Neste sentido, dois pontos devem ser ressaltados para uma maior efetividade nos resultados de combate à pobreza no âmbito estrutural. O primeiro seria a articulação entre política econômica e política social, levando em conta que elas são complementares e não excludentes, pois é prática comum do sistema capitalista a valorização da política econômica em detrimento da social. O segundo seria a relação política de governo versus política de estado. Muitas políticas voltadas para a assistência social se restringem a mandatos políticos, quando muda o governo ocorre uma interrupção dessa política. (RIBEIRO, 2013)

Quanto à oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) pelo programa Bolsa Família, os relatos das participantes ressaltam que:

Sim, sou formada em técnico em administração [...] Só o estágio que a gente fez mas tá com pouco tempo que fizemos o curso .(P01)

Tenho, fiz um técnico de enfermagem, era pelo PRONATEC, mas eu não concluí, era cinco anos e eu fiz só dois anos, mas não deu pra continuar. (P03)

Eu fiz de cabelo pelo PRONATEC. (P04)

De acordo com os relatos das participantes os cursos que fizeram, somente três evidenciaram que foram informadas do curso pelo CRAS-Centro de Referência da Assistência Social. No entanto as outras participantes afirmaram não terem feito nenhum curso pelo PRONATEC, devido à falta de informações sobre a oferta de cursos para as beneficiárias do PBF. Isso mostra o quanto ainda precisa melhorar a acessibilidade e a comunicação entre as mulheres beneficiárias e os profissionais do CRAS.

Ressalta-se também a necessidade de articulação entre o PRONATEC e o mercado de trabalho para que estas mulheres após conclusão dos cursos possam ser absorvidas por este, visto que as mulheres que concluíram o curso, informaram que sentem a necessidade de exercer alguma atividade remunerada ligada ao curso que fizeram, mas as portas do mercado de trabalho ainda são muito fechadas para elas.

5 Conclusão

Conclui-se que as beneficiárias do programa Bolsa Família são mulheres com perfil socioeconômico comum às mulheres em situação de pobreza, com um baixo grau de escolaridade, renda familiar em torno do salário mínimo, com filhos e desempregadas. Elas possuem ainda pouca participação em programas de empoderamento socioeconômico, apesar de mostrarem interesse em se qualificarem para conseguirem serem inseridas no mercado de trabalho.

Apesar da pouca participação nos cursos, as mulheres conseguem uma certa autonomia em suas vidas através do benefício, uma vez que elas são o foco principal do PBF, são as únicas a poder receber o benefício e cabe a elas a administração do mesmo. Esse aspecto pode contribuir para que essa mulher consiga se empoderar socialmente, uma vez que ela pode reconhecer suas necessidades e direitos e, sobretudo, buscar representatividade na sociedade, participando mais da vida pública, tendo conhecimento de questões políticas e tendo mais voz além do ambiente privado e familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistente social. Brasília, 2013. 20 p.

CARVALHO, A. T.; ALMEIDA, E. R.; JAIME, P. C. Condicionalidades em saúde do programa Bolsa Família – Brasil: uma análise a partir de profissionais da saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.23, n.4, p.1370-1382, dez. 2014.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e combate a pobreza: Programa Bolsa Família. *Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, 17(3):312, setembro-dezembro-2009.

KAISER, F. A.; HAYDU, V. B.; GALLO, A. E. Uma interpretação analítico-comportamental de contingências estabelecidas pelo Programa Bolsa Família. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 70 – 83, 2015.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VDEIGA, Aline. Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. Ano 6, n.10. Enero- Junho-2012.

MARTINS, A. P. B.; MONTEIRO, C. A. Impacto do programa Bolsa Família na disponibilidade alimentar de famílias brasileiras de baixa renda: um estudo quase experimental. *BMC Public Health*, Londres, v. 16, p. 827, ago. 2016.

MORAES, V. D. A gestão das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família: relações intergovernamentais e intersetoriais. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

MOREIRA, N. C; FERREIRA, M. A. M; LIMA, A.A.T.F.C; CKAGNAZAROFF, I.B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa família na percepção dos Agentes dos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS. *RAP- Rio de Janeiro* 46(2): 403-23, mar.-abr, 2012.

RIBEIRO, Samara Campos. Políticas Sociais e o Programa Bolsa Família: uma abordagem teórica á luz da pobreza multidimensional. Artigo apresentado na VI Semana de Economia UESB, Junho-2013.

SIMÕES, Patrícia. SOARES, Ricardo Brito. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias. V.66, n.4 / p.533-556,2012.

SHEI, A. et al. O impacto do Programa de Transferência Condicionada de Dinheiro do Bolsa Família sobre a utilização dos cuidados de saúde e os resultados de saúde das crianças. *BMC International Health & Human Rights*, Londres, v. 14, n. 10, abr. 2014.